



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EM HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA

LÍNGUAS INDÍGENAS EM GRAMÁTICAS MISSIONÁRIAS DO BRASIL COLONIAL

*Ronaldo de Oliveira Batista
(CEDOCH-DL/USP; Mackenzie)*

0. Introdução

Nos séculos XVI e XVII missionários jesuítas escreveram *artes de gramática*¹ de duas línguas indígenas faladas no Brasil colonial: José de Anchieta (1534-1597) e Luís Figueira (1573-1643) escreveram gramáticas do tupi antigo; e Luís Vincencio Mamiani (1652-1730) escreveu uma gramática da língua indígena quiriri (já extinta, era falada em regiões do atual Nordeste brasileiro). É de autoria de Anchieta a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595). Figueira publicou, provavelmente em 1621, a *Arte da Língua Brasilica*. No final do século XVII, em 1699, foi publicado o trabalho de Mamiani, *Arte de Gramática da Língua Brasilica da Nação Kiriri*.

Essas gramáticas foram elaboradas para facilitar, por meio da aprendizagem das línguas então chamadas de exóticas, o contato entre jesuítas e indí-

¹ Denominação corrente na época para obras de descrição gramatical, as quais deveriam observar os critérios de brevidade, ordenação e explanação de aspectos fundamentais das estruturas gramaticais das línguas.

genas, tendo em vista a missão catequizadora e o processo de colonização. Eram obras escritas por missionários não falantes nativos das línguas e dedicadas a outros missionários. É ponto pacífico na historiografia lingüística que esses autores seguiram a tradição greco-latina, com a adoção do modelo das oito partes do discurso, da sua metalinguagem descritiva e da centralidade no conceito de PALAVRA (unidade fundamental de análise).

Este trabalho propõe uma análise de alguns dos procedimentos e estratégias empregados pelos jesuítas nas descrições gramaticais do tupi antigo e do quiriri, ressaltando os métodos utilizados nas abordagens do SOM, da PALAVRA e das ORAÇÕES.

1. Os procedimentos e as estratégias de descrição

As gramáticas missionárias jesuíticas brasileiras utilizaram uma espécie de método comparativo, que procurava buscar equivalências entre as línguas chamadas de exóticas e línguas mais conhecidas pelos missionários, como o português, o latim e mesmo o castelhano.

Mamiani é o que mais recorre a analogias com outras línguas, chegando a comparar uma estrutura do quiriri ao hebreu.

Os verbos simples desta lingua são todos os monosyllabos: & se houvesse quem pudesse perfeitamente alcançar a força de todos os vocabulos, tenho para mim que acharia que toda a lingua consiste em vocabulos monosyllabos, que servem de raizes para formar os compostos, como na lingua Hebraea. (Mamiani 1877[1699]: 68)

O que chamamos de busca de equivalências é uma transferência funcional de categorias gramaticais latinas que pudessem apresentar semelhanças com categorias das línguas indígenas; semelhanças estabelecidas em relação às funções gramaticais desempenhadas. Destaca-se nesse procedimento descritivo a manutenção da metalinguagem de origem greco-latina.

Essa estratégia associava-se ao ideal de transmissão pedagógica. Apondo semelhanças e diferenças, o processo de ensino/aprendizagem tornava-

se menos complicado, uma vez que diversas realidades passavam a ser percebidas como um conjunto de semelhanças ou diferenças, bem de acordo com o espírito da época, buscando, assim, a compreensão do mundo. O momento histórico, em consequência da “descoberta” de terras, novas línguas e desconhecidos costumes, reconhecia e interpretava o diferente pelo olhar comparativo. É esse olhar que também possibilita o contato entre colonizador e colonizado. Essa atitude diante do mundo se transfere para o campo lingüístico, no qual as línguas exóticas também são encaradas a partir do ponto de vista comparativo. Os comentários dos viajantes e colonizadores ressaltavam a ausência de hábitos europeus ou as diferenças entre costumes europeus e indígenas, assim como os gramáticos ressaltavam a “falta de sons” e as diferenças nos sistemas que descreviam.

A busca de equivalências favorecia o enquadramento da língua nos modelos² de descrição oferecidos pela gramática tradicional. As línguas indígenas foram descritas a partir desse filtro greco-latino, sem que houvesse, de maneira ampla, preocupações ou mesmo adequações ao tipo estrutural das línguas em descrição, ainda que comentários dos gramáticos aparecessem em alguns momentos sobre a não pertinência do uso do modelo diante de particularidades estruturais do tupi antigo e do quiriri.

É possível identificar algumas estratégias que permitiram a aplicação dos procedimentos descritivos mais atuantes nas artes de gramática:³

- 1) manutenção do número e da denominação das partes do discurso latinas, ainda que as línguas pudessem apresentar estrutura que não aceitasse a divisão clássica;

² A partir de idéia estabelecida por Swiggers (1997: 118).

³ A historiografia lingüística reconhece a expressão “gramática tradicional” como equivalente ao conjunto de proposições descritivas e metalingüísticas de origem greco-latina, em seu período conhecido como a Antiguidade clássica ocidental. Assim, o que deve ser entendido como *modelo* são as formas de descrição da língua utilizadas em gramáticas da tradição greco-latina ocidental e também em algumas gramáticas do Renascimento, que se caracterizaram por dar continuidade ao modelo clássico. (cf. Law 2003: 13-93; Swiggers 1997: 69-131).

- 2) correspondência semântica e analogia formal entre os fenômenos. Pode-se notar essa operação quando os jesuítas adotam a metalinguagem e o modo de descrição de casos nas línguas a partir das propostas para o grego e o latim clássicos;
- 3) abandono do modelo greco-latino. Alguma característica da gramática tradicional não é abordada, uma vez que a língua em descrição não apresentava essa característica. Por exemplo, a quantidade vocálica e questões de etimologia. Podem ser enquadradas também nessa operação algumas percepções que os jesuítas tiveram a respeito de estruturas ou fenômenos particulares das línguas que descreviam, como os paradigmas afirmativo e negativo nas conjugações verbais, os plurais inclusivo e exclusivo;
- 4) ampliação do modelo de descrição que acabou por ser divulgado pela gramática tradicional, com a proposição de novas categorias. Visualiza-se nesta operação o reconhecimento de uma categoria gramatical chamada de 'artigo', pela primeira vez em Anchieta, a qual corresponderia a morfemas gramaticais prefixados ao verbo ou a substantivos.

O fato de essas gramáticas estarem associadas à transmissão didática gerou o uso de um procedimento que descrevia a combinação de unidades, as transformações morfofonológicas, a associação de palavras nas orações, tudo descrito pela explicação do que ocorria com a língua quando em uso, como no exemplo de Anchieta a seguir.

Tambê algũs verbos se hão de descreuer com dous, ij, hum consoante, outro vogal depois do artigo & não com, gi, vt aijquî, aijbo^. Porque tendo o accusatiuo expresso, ou, o reciproco, & outras partes, (vt infra latius) perdem o primeiro, i. vt pirá ibómo, peixe frechando: & se se escreuera cõ, gi ouuera de dizer, piragibómo. (Anchieta 1990[1595]: 33)

A partir desses procedimentos e estratégias de descrição, os gramáticos se valeram de alguns critérios para suas delimitações das unidades.

Nas descrições do plano sonoro das línguas foi utilizado com mais produtividade o critério auditivo ou perceptivo. O gramático descrevia as unida-

des sonoras, e suas possíveis alterações, a partir do que ouvia, sem maiores auxílios de uma abordagem articulatória.

Quanto às delimitações das palavras e suas classificações, partes da oração e combinação em unidades maiores, os gramáticos se valeram, principalmente, de critérios que valorizaram a abordagem feita a partir das unidades mais elementares (LETRAS), partindo para sua constituição como PALAVRA (unidade fundamental da gramática) e chegando à combinação em segmentos maiores, como a ORAÇÃO (também chamada de ‘ajuntamento’), entendida como a combinação de palavras que expressa um significado completo.

2. Procedimentos e estratégias de descrição nas gramáticas de Anchieta, Figueira e Mamiani

A indicação e a análise desses procedimentos e estratégias, em relação ao nosso *corpus*, é tarefa do historiógrafo e surge a partir de seu ponto de vista, uma vez que os jesuítas não explicitaram ou indicaram, de forma extensa e programática, que métodos ou princípios seguiram para efetuar a descrição gramatical do tupi antigo e do quiriri. No entanto, essa é uma tarefa importante a ser executada no campo da historiografia lingüística, como ressalta Swiggers (1997: 111).

Apontamos, no entanto, que Mamiani tem um papel de destaque, já que, em algumas passagens de sua gramática, ele nos indica algo de seu procedimento de descrição ou então nos fornece alguma informação a respeito de como deveria ocorrer a aprendizagem do quiriri. No exemplo a seguir, Mamiani justifica a adoção da metalinguagem baseada nas descrições gramaticais do latim e também nos informa sobre seu procedimento de descrição.

Chamo Declinações, não porque sejam declinações dos casos nos nomes, ou de tempos, & modos nos verbos, mas porque são quasi declinações dos pronomes, ou possessivos, ou substantivos, compostos com os mesmos nomes, & verbos pelas tres pessoas em ambos os numeros, singular, & plural: & pela mesma razão, & por ser regra gèral que abraça tãbem os verbos, se poem juntas as declinações dos nomes com as dos verbos. (Mamiani 1877[1699]: 10)

3. Letras, sons, vozes: as unidades sonoras das línguas

Descreve-se, de maneira geral, o som a partir de comparações com línguas como português e latim. Os critérios de análise das unidades sonoras são o auditivo e o articulatório, com amplo uso do primeiro – o missionário descrevia e registrava as unidades sonoras conforme as ouvia, sem fornecer muitos detalhes do processo de produção dos sons.

A descrição da parte sonora da língua nas gramáticas do tupi antigo e do quiriri é semelhante, evidenciando não só uma espécie de método comum à produção missionária dos séculos XVI e XVII, não apenas jesuítica (*cf.* trabalhos de Altman 1997, 2000), mas também destacando uma prática recorrente na produção gramatical do período, pelo menos nas descrições das línguas européias ocidentais e naquelas efetuadas pelos europeus do Ocidente (*cf.* Auroux 1992: 65-93 e Swiggers 1997: 133-206).

A produção gramatical renascentista não acrescentou novidades aos procedimentos de descrição das unidades sonoras da língua (parte dos estudos gramaticais que podemos chamar, nos termos atuais, de fonética/fonologia, com a ressalva de que se encontra, nas gramáticas aqui estudadas, muito mais uma fonética instrumental, como lembra Auroux 1992: 65). O que se observa é a manutenção e atualização de procedimentos de descrição e análise já presentes na Antigüidade clássica ocidental (como a descrição de unidades sonoras a partir de um alfabeto, de um registro escrito, método presente na civilização grega).

Ao examinar as gramáticas escritas pelos jesuítas para o contexto brasileiro, o que primeiro chama a atenção é o reduzido número de páginas dedicado ao estudo da parte sonora da língua. Essa é também uma característica da produção gramatical renascentista (que herdou esse aspecto da tradição clássica ocidental e da Idade Média, as quais também não se dedicaram com destaque ao estudo da parte sonora),⁴ como pontua Swiggers (1997: 111), ao lembrar

⁴ “Talvez tenha havido, desde a Antigüidade, em relação à fonética pura, um sentimento comparável ao que exprime Molière no *Bourgeois gentilhomme*: uma coisa muito bonita, mas para que serve?” (Desbordes 1995: 100). “*In general there was little interest in phonetics in the medieval period.*” (Kemp 1995: 373)

a eventual presença, nas gramáticas do Renascimento, de partes consagradas ao estudo dos elementos e arranjos sonoros das línguas.

Anchieta diferencia-se de Figueira e Mamiani em relação a esse aspecto. Ele descreve as unidades sonoras da língua de maneira diversa da dos outros gramáticos ao tratar não apenas do elenco das unidades sonoras, mas também de uma série de processos morfofonológicos do tupi antigo (como a combinação de afixos em radicais, ocasionando alterações nas unidades e na pronúncia), os quais deveriam ser observados pelos jesuítas para a adequada utilização da língua.

A gramática anchietana também não oferece de forma sistemática, com uma ordenação dos elementos no esquema alfabético, (seguida da descrição da percepção auditiva das unidades e explicação da produção, quando necessária), a apresentação das LETRAS do tupi antigo (como faz Figueira e também Mamiani). A descrição de Anchieta das unidades do sistema sonoro se destaca pelo tratamento dos fenômenos morfofonológicos, descrevendo alterações sonoras ocasionadas pelo AJUNTAMENTO (combinação) de unidades ou pelo acréscimo de PARTÍCULAS (morfemas gramaticais que podiam ser prefixados ou sufixados a uma base lexical). Para tanto, Anchieta utilizou uma estratégia de descrição que procurava indicar o que ocorria com as unidades quando em uso.

Nas consoantes, c. g. cômumente todos pronúnciao de hũa mesma maneira interposito i. vt Acepiâc, Acepiâcine, Aimeéng, Aimeénginé ...

R. mudase em, n. onde præceder til. m. ou, n. in vltima syllaba, vt in futuro conjunctiui [=subjuntivo], nupa^, nupâneme, pro nupãreme, irumõ, irumôneme ... (Anchieta 1990[1595]: 24, 28)

Em “Da Orthographia ou da Pronúnciação”, capítulo referente aos metaplasmos e sua pronúncia, Anchieta continua tratando dos processos morfofonológicos. Pode-se dizer que a parte da gramática dedicada ao estudo das unidades sonoras da língua realiza, na verdade, uma descrição desses processos,⁵ bastante produtivos no tupi. Figueira conscientemente não descreve

⁵ “Nomes, verbos e posposições constituem nesta língua as três classes lexicais dotadas de flexão. Há nela um processo morfofossintático com alta frequência de ocorrência que é comum a essas três classes e que consiste na marcação da dependência

esses aspectos: “Na composição de syllabas há muitas mudanças, que aqui não pomos, por evitar confusão: o uso basta” (Figueira 1621: fl.2).

A diferença de procedimento descritivo em Anchieta está, provavelmente, relacionada à diferente formação intelectual que ele teve, em relação aos outros gramáticos que aqui examinamos.⁶ Anchieta não se formou, como Figueira e Mamiani, sob a influência do programa de estudos jesuíticos chamado de *Ratio Studiorum* (1599, em versão definitiva), e pode não ter seguido, estritamente, como modelo de descrição gramatical a obra de Manuel Álvares (1526-1583), que, de certa maneira, guiou a descrição dos jesuítas formados pelo programa *Ratio Studiorum*.⁷

Manuel Álvares, na sua *Institutio Grammatica* (1572) – capítulo I do livro terceiro, expõe as letras e sílabas do latim, divididas em vogais e consoantes, com a explicação da produção/percepção de algumas unidades (como [f], [s], [h], [i], [j], [u], [m], [n]), em um esquema de descrição que segue a estrutura alfabética, por assim dizer. É este esquema o adotado por Figueira e Mamiani.

O que é importante destacar é a descrição das unidades relevantes a cada língua tendo em vista os alfabetos latino e português, em uma busca de equivalências entre a língua exótica e uma outra língua mais conhecida pelo missionário. Assim, as unidades de cada sistema são descritas a partir de comparações com o latim, o português e o castelhano, sendo que esse procedimento ressalta as unidades que não faziam parte das línguas que estavam sendo descritas, mas que figuravam como sons, unidades distintivas, em línguas européias de maior prestígio.

de um determinante [...] em relação ao núcleo de uma construção sintática, por meio de prefixos flexionais acrescentados ao núcleo” (Rodrigues 1996: 57-8). Esses aspectos apontam alterações morfofonológicas pela combinação das unidades.

⁶ Navarro 1995 aborda extensivamente a formação intelectual de Anchieta, e é com base nessa leitura que fazemos essa afirmação.

⁷ Rosa 1997 destaca em Manuel Álvares esse papel de guia de descrição gramatical, e em texto de 1995 aponta diferenças entre os trabalhos de Anchieta e Figueira.

Nesta lingoa do Brasil não há f. l. s. z. rr. dobrado nem muta com liquida.⁸
vt cra, pra, &c. Em lugar do s. in principio, ou médio dictionis serue, ç.
com zeura, vt Açô, çatâ. (Anchieta 1990[1595]: 23)

As letras de que se vsa nesta língua, são as seguintes. A, B, C, D, E, G, H,
I, Y, K, M, N, O, P, Q, R, T, V, X, til. Ficão excluídas, F, L, S, Z. Tambem
se não vsa rr dobrado ou aspero. (Figueira 1621: fl.1)

Entre as letras usadas nesta língua são as seguintes: A, æ, B, C, D, E, G, H,
I, Y, K, M, N, O, P, R, S, T, V, W, Z, til. (Mamiani 1877[1699]: 1)

Altman (2000: 8) aponta, com base no exame de gramáticas de línguas gerais sul-americanas dos séculos XVI e XVII, que a descrição das unidades sonoras baseada nas LETRAS ausentes nas línguas era procedimento comum de descrição, sendo que este traço também pode ser visto, explicitamente proposto, no primeiro gramático da língua castelhana, Antonio de Nebrija (1444-1522):

aquele que quiere reduzir en artificio algun language, primero es menester
que sepa de si de aquellas letras que están en uso sobran algunas e si, por el
contrario, faltan otras. (Nebrija 1946[1492]: 18)

O termo 'letra' (de amplo uso na metalinguagem gramatical desde a Antigüidade clássica ocidental até o período que estudamos) vem da tradição gramatical greco-latina, podendo significar tanto um elemento do plano sonoro (que podemos aproximar do fonema) quanto a representação escrita de uma unidade sonora (o grafema). O contexto de emprego do termo eliminaria a imprecisão da metalinguagem (*cf.* Desbordes 1995: 101).⁹

⁸ Muta = oclusivas; líquida = [l, r], termo advindo do grego, origem incerta. Robins (1979: 26) indica que "líquido" é termo de origem aparentemente fundada num critério fonoestético.

⁹ "The Stoic philosophers distinguished three aspects of the *stoikheion* [o elemento sonoro para os gregos]: (a) the sound; (b) the symbol used to represent it; (c) its name. These were translated later into Latin as aspects of *litera* (letter): *potestas*, *figura*, and *nomem*. Subsequent use of the word *litera* [letra], or its equivalent in other languages is often ambiguous; sometimes its sense is not far different from that of the modern term 'phoneme'" (Kemp 1995: 372).

Zimmermann (1997: 11) lembra que a descrição fonético-fonológica na lingüística missionária dos séculos XVI e XVII está relacionada à escrita. O alfabeto criado para o tupi antigo e para o kiriri é de base latina, com poucas alterações, de acordo com particularidades das línguas – essas alterações apresentam-se como uso de diacríticos ou de grafemas de pouco uso, como o <y>, no alfabeto português, e mesmo propostas como a de Anchieta para a representação da vogal alta central, por meio de “jota, subscrito” (Aryon Rodrigues apontou, em comunicação pessoal, nessa escolha de Anchieta uma influência da gramática grega).

Durante muito tempo, a historiografia lingüística viu ser difundida a idéia de confusão entre oral e escrito, em obras como as que analisamos aqui e também nas gramáticas da Antigüidade clássica (cf. Desbordes 1995: 101-117). Se a metalinguagem nos oferece, de fato, uma imprecisão, é preciso notar que os gramáticos demonstravam ter consciência de quando se referiam ao plano oral e quando se referiam ao plano da escrita.

Mamiani parece ter clara uma distinção entre os planos sonoro e escrito da língua ao afirmar que o uso do “*accento circumflexo*” nos segmentos do tipo *Ghy* representa uma pronúncia branda e aspirada na garganta.

3.1 A percepção do som

O uso do critério auditivo foi o mais comum nas gramáticas jesuíticas brasileiras do período colonial.¹⁰ O missionário descreve a unidade sonora de acordo com a percepção auditiva que ele tem, a partir da realidade observada/percebida.

¹⁰ O uso do critério auditivo é encontrado em toda a tradição clássica ocidental, assim como em trabalhos seguintes até o Renascimento. Destacamos, porém, que em 1586 o dinamarquês Jacob Madsen of Aarhus (1538-86) publica o *De Literis*, que pode ser considerado como a primeira abordagem de fonética geral no Ocidente. Nesse livro há a classificação de unidades sonoras a partir do critério articulatorio. Este critério é, de fato, mais utilizado em gramáticas vernaculares européias, como a de Fernão de Oliveira (1536). No âmbito de nossa pesquisa a utilização de abordagens articulatorias é reduzida.

E ainda que pareção pronunciar, Apábne, &c. he pella delicadeza com que tocão o i. & ainda no mesmo presente o exprimem as vezes, vt Apábi. (Anchieta 1990[1595]: 24)

O critério auditivo aparece acompanhado, em várias passagens das gramáticas, de um procedimento que procurava equivalências entre as línguas em descrição e os sistemas português e latino, em sua maioria. A utilização de mais de um critério – auditivo, articulatório e comparativo – serviria ao ideal pedagógico das descrições gramaticais jesuíticas. Era preciso utilizar todos os procedimentos e estratégias possíveis, e conhecidos, para executar a contento a missão de ensinar uma língua estrangeira aos missionários.

Figueira empregou a busca de equivalências entre as línguas conhecidas (em uma espécie de embrião de um método de comparação entre línguas, ainda que não com esse objetivo consciente): “O i, jota, serue como no latim, hora de vogal, hora de consoante” (Figueira 1621: fl.1).

Se observarmos o trecho de Mamiani que segue, notaremos a descrição realizada com a utilização da busca de equivalências entre as línguas – os sons são descritos a partir de comparações com unidades ou agrupamentos sonoros do latim, como na referência a ditongos. O uso do grafema <æ>, escrito como no sistema latino, serviria, num alargamento das possibilidades descritivas do uso do alfabeto latino, para indicar a pronúncia ora como “A fechado”, [a], ora como “E largo”, próximo à produção de um fone longo, fechado, como [e].

Entre as letras usadas nesta lingua são as seguintes: A, Æ B, C, D, E, G, H, I, Y, K, M, N, O, P, R, S, T, V, W, Z, til. As vogaes entre si não formam diphtongos, mas se pronuncia cada hua por si como syllaba diversa. Entre as vogaes se conta aqui o æ, ainda que se escreva como diphtongo Latino, para significar hua vogal entremeya entre o A, & o E; & se pronuncia com hù som diverso das outras vogaes, ou como A fechado que participa do E, ou como E largo que participa do A. v. g.: Inhuræ. Filho. (Mamiani 1877[1699]: 1)

4. Partes da oração e casos, palavras e partículas

É o estudo da PALAVRA que ocupa o maior número de páginas nas artes de gramática do Brasil colonial. Ela é entendida como unidade fundamental na descrição de uma língua, formada por LETRAS e organizada em ‘ajuntamentos’, com outras palavras, resultando em ORAÇÕES. Os gramáticos mantêm como base de suas descrições a tradição clássica do Ocidente: a descrição das línguas concentra-se em torno das partes do discurso, então chamadas de ‘partes da oração’ – *nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção, interjeição*.

Como afirma Swiggers (1997: 9), a gramática clássica ocidental, e as gramáticas missionárias, são organizadas em torno de *categorias* (e não de processos que afetam formantes dessas categorias). Daí ser a PALAVRA a unidade fundamental, não havendo espaço para uma abordagem a partir de unidades significativas menores, como as que chamamos de morfemas. Monzón (1995) aponta, em gramáticas missionárias mexicanas, a existência da percepção do conceito de morfema, ocorrendo com a identificação de partículas portadoras de significado. Tal atitude descritiva também pode ser reconhecida nas gramáticas aqui analisadas, sendo que essa descrição ocorre a partir do ponto de vista da formação de palavras e não de análises intrínsecas de unidades menores, como as chamadas partículas.

Raras vezes os gramáticos definiram o que seriam as partes do discurso nas línguas descritas. No nosso *corpus* uma tentativa de definição é verificada, por exemplo, em Figueira: suas definições para as partes do discurso são baseadas, ou mesmo quase traduções, em Manuel Álvares e sua gramática do latim (1572).

Substantium seu fixum nomen est, quod per se in oratione esse potest,
ut dux imperat, miles obtemperat. (Álvares 1832[1572]: 105)

Sustantivos são os que podem estaer na oraçã sos por si com o verbo; vt
Abâ omano; hum homem morreo. (Figueira 1621: fl.36-v)

Para a descrição e transmissão didática de aspectos morfológicos, observa-se a utilização de procedimentos como a busca de equivalências com o

latim e o português e a explicação dos processos de combinação e formação das palavras. Unidades menores que estas eram chamadas de ‘partículas’ e ‘artigos’. O termo ‘artigo’ está relacionado a unidades que afixadas em verbos forneciam informações sobre a pessoa gramatical e em nomes indicavam idéia de posse, por exemplo. ‘Partículas’, em muitas passagens, correspondem a afixos. É importante ressaltar que a abordagem morfológica é feita com considerações a respeito da organização das palavras em orações, ou seja, aspectos morfológicos e sintáticos são abordados conjuntamente.

4.1 Partes da oração e casos

Anchieta não faz comentários a respeito de quais seriam as partes da oração que está descrevendo, mas o tratamento de sua gramática quanto a esse assunto está baseado na tradição gramatical greco-latina, com algumas modificações significativas, como a inclusão da classe dos advérbios nos nomes e a ausência da descrição separadamente de classes equivalentes a conjunções e interjeições.

O tratamento de Anchieta, em relação ao que chamamos modernamente de morfologia – termo que só passa a ser utilizado no século XIX –, realiza-se com a constante relação das classes de palavras e os processos de combinação com outras palavras e partículas, transformação (morfologia) e concordância/regência, quando colocadas em um ambiente sintático, ou seja, uma morfossintaxe. Tal tratamento conjunto de aspectos morfológicos e sintáticos fica ainda mais evidenciado pela ausência de um capítulo autônomo dedicado à sintaxe, o que o diferencia, em relação à estrutura da *Arte* mas não quanto às abordagens propostas, de Figueira e Mamiani.

O que se observa na tradição gramatical jesuítica brasileira são artes, voltadas para a transmissão didática de aspectos essenciais das línguas, cuja descrição morfológica, de acordo com a tradição greco-latina,¹¹ é feita com

¹¹ “A teoria gramatical clássica estabeleceu a palavra como unidade operacional básica. A morfologia e a sintaxe tradicionais foram construídas sobre esse alicerce. A

base na determinação do que seriam as palavras da língua, seus possíveis acidentes, representados por segmentos chamados de partículas, sua organização em paradigmas e o ‘ajuntamento’ em orações.

Considerando que os jesuítas partiram da idéia de palavra como unidade fundamental da arte de gramática, o que significava PALAVRA para essa tradição gramatical? Por quais critérios ocorria essa definição?

A partir de um procedimento de descrição que decompunha uma cadeia linear em unidades menores, é possível vislumbrar alguns conceitos para PALAVRA. Seria ela um signo, cuja significação é estabelecida em contexto (por isso unidades menores, como LETRAS, não seriam estudadas detalhadamente), e capaz de se juntar com outras palavras formando, então, uma cadeia lingüística (Auroux 1992: 102). PALAVRA é a unidade fundamental da gramática exatamente porque esta se estrutura em torno das partes do discurso, gerando a idéia, como ressalta Auroux, de que a decomposição da linguagem só poderia ocorrer exatamente por esta unidade.

Ou seja, é a PALAVRA (e será até o final do século XVIII) a menor unidade lingüística portadora de significado. A utilização desse modelo de descrição pode ter dificultado, por exemplo, a percepção de que partículas teriam significados intrínsecos e deveriam ser consideradas como unidades mínimas de significado. Nessa mesma cadeia de decomposição e “ajuntamentos”, a ORAÇÃO é composta de proposições, que são compostas de palavras que, uma vez decompostas, expõem unidades não-significativas – sílabas e letras.

A palavra era descrita, morfologicamente, em termos da existência, ou não, de alterações nas formas e também pelo acréscimo, ou não, de segmentos (partículas, artigos):

Os verbos simples desta lingua são todos os monosyllabos: &c se houvesse quem pudesse perfeitamente alcançar a força de todos os vocabulos, tenho para mim que acharia que toda a lingua consiste em vocabulos

morfologia estudava a estrutura interna da palavra e a sintaxe a combinatória dos vocábulos em orações, desde os gregos e os latinos.” (Biderman 2001: 105)

monosyllabos, que servem de raizes para formar os compostos... (Mamiani 1877[1699]: 68)

a partir de seu significado (critérios semânticos)

[Sobre a posposição çocê] Esta significa, lugar, & excesso, vt, Itâçocê, lapidem super, vel plusquam lapis ... (Anchieta 1990[1595]: 108)

e também tendo em vista a distribuição que estabeleciam nos 'ajuntamentos', ou seja, nas estruturas sintáticas

Os Adverbios desta lingua se dividem em quatro classes. A primeira he dos Adverbios, que se costumão pôr no principio da oração. A segunda he dos Adverbios, que se usam no fim dos Nomes, & verbos, com os quaes fazem composição. A terceira he dos Adverbios, que se costumão pôr depois de alguma palavra da oração. A quarta he dos Adverbios indifferentes. (Mamiani 1877[1699]: 87).

Critérios funcionais também estão presentes na abordagem das partes da oração. Nesse sentido, há a transferência da noção de categorias gramaticais latinas para a abordagem das unidades gramaticais das línguas descritas pelos jesuítas, levando em conta a função que essas categorias exerciam em estruturas sintáticas.

4.2 Casos

Os gramáticos reconheceram que o tupi antigo e o quiriri não apresentavam declinações indicadoras de caso, tal como no latim e no grego. No entanto, a nomenclatura dos casos latinos é extensivamente utilizada para a explicação da função que as partes da oração das línguas exerciam. A partir dos casos latinos, seriam abordadas, num procedimento que privilegiava a transmissão didática, as funções das categorias gramaticais próprias das línguas indígenas. O tratamento das 'preposições'¹² era fundamental nessa pers-

¹² Nenhum dos gramáticos aqui analisados abandonaram a metalinguagem latina para a classificação de segmentos pospostos a outros nas línguas que descreviam.

pectiva, uma vez que seriam elas, segundo os gramáticos, as unidades responsáveis, em algumas construções, pelo estabelecimento de equivalências com os casos latinos.

Figueira, por exemplo, descreve a maneira pela qual cada caso se expressaria em tupi antigo.¹³ Ele indica, por critérios funcionais baseados na ocorrência de itens lexicais numa estrutura sintática, como as unidades da língua indígena se assemelhariam aos casos latinos. Figueira reconhece ausência de marcas formais para indicar casos, baseado no sistema greco-latino, descreve o que poderia ser a manifestação desses casos no tupi antigo, como também faz Mamiani para o quiriri.

Os nomes nesta lingua, cõmummente, não tem distincão de numeros, singular, & plural; nem tambem de casos; mas a mesma voz serue de ambos os numeros, & em todos os casos. v.g. Oca, casa, ou casas: Apyaba, homẽ, ou homẽs.

E os casos se conhecem por alguas preposiçoes, ou modos de collocar os nomes entre si; ou tambem com os verbos. (Figueira 1621: fl.2-v)

Os ‘casos dos nomes’ em Figueira são explicados a partir da descrição da ordem de colocação dos termos em sintagmas ou pela indicação das unidades responsáveis pela transmissão da idéia desejada, as chamadas ‘preposições’.

Mamiani descreveu casos do quiriri, dizendo que estes poderiam ser reconhecidos pela sua colocação na oração (nominativo e genitivo) ou pelo uso de ‘preposições’ (os outros casos): “porque nesta lingua não ha caso algum sem preposição fóra do Nominativo, & genitivo...” (Mamiani 1877 [1999]:

Mesmo reconhecendo como pospostos segmentos que estavam sendo descritos, eles continuaram com a utilização do termo ‘preposição’. Na tradição da gramática missionária, Montoya (1994[1640]), gramático do guarani, destaca-se, ao chamar as posposições guaranis de *posposições*, abandonando o termo corrente baseado na gramática latina.

¹³ O tupi antigo, segundo Rodrigues (1997: 381), apresentava, de fato, casos, como os locativos pontual e difuso e o caso predicativo. Anchieta (1990[1595]: 37) aponta em sua gramática a existência de um caso vocativo.

6). Mamiani percebe que não é possível falar em declinações indicadoras de casos, como no latim, mas os reconhece pelo sentido e função estabelecidos pelas unidades na construção sintática, um critério semântico-funcional. Ele afirma serem as preposições e a ordem de colocação dos termos na frase indicadores dos casos.

Mamiani aponta a presença de casos nos nomes, mas diz que esta classe de palavras não sofre mudanças nas terminações para indicar os casos. Ou seja, o quiriri não apresentava declinações, “porque os nomes servem com a mesma voz [realização sonora] a todos os casos”. No entanto, o missionário propõe, baseado no sistema pronominal do quiriri, uma divisão dos nomes em declinações. Tal atitude revela uma adoção e adaptação da metalinguagem. Observemos suas justificativas.

A diversidade destes artigos [prefixos] he o fundamento de dividirmos os nomes, & verbos em diversas Declinações: & porque os mesmos artigos servem assim aos nomes, como aos verbos, a mesma divisão serve de regra commu a huns, & a outros.

Chamo Declinações, não porque sejam declinações dos casos nos nomes, ou de tempos, & modos nos verbos, mas porque são quasi declinações dos pronomes, ou possessivos, ou substantivos, compostos com os mesmos nomes, & verbos pelas tres pessoas em ambos os numeros, singular, & plural: & pela mesma razão, & por ser regra geral que abraça tãbem os verbos, se poem juntas as declinações dos nomes com as dos verbos. (Mamiani 1877[1699]: 10)

5. A construção das partes da oração: sintaxe

A abordagem da sintaxe em artes de gramática jesuíticas é algo que deve ser examinado com atenção, uma vez que está extremamente relacionado à morfologia e não ocupa um número extenso de páginas, sendo, inclusive, ausente como parte autônoma na gramática de Anchieta.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que a tradição gramatical da Antigüidade clássica e as gramáticas do Renascimento (como as obras de Manuel Álvares e Nebrija) também se caracterizaram por não apresentar uma

ampla descrição de fatos sintáticos. Pode-se dizer que essa tradição gramatical concentrou-se mais nas questões que diziam respeito às partes do discurso.

As abordagens sintáticas, em obras da tradição clássica ocidental, tinham por base o estudo da palavra em situação de discurso, sendo que a concepção latina de discurso é uma concepção morfológica (Kristeva 1980: 196). Ou seja, há uma sintaxe organizada em torno da palavra, das relações estabelecidas pelo nome e pelo verbo, com atenção para os fenômenos de concordância das classes nominais com os verbos e também para a regência.

É esse o tipo de estudo sintático, com a descrição da construção das frases (ordem dos elementos), apresentado nas artes jesuíticas, não havendo destaque para uma descrição extensa a respeito das funções que as palavras exerciam na oração, como agente, complemento, objeto.

A tradição de estudos sintáticos da Idade Média, de caráter especulativo, não teve continuidade nas gramáticas pedagógicas jesuíticas do Renascimento. Os autores que, de alguma maneira, seguiram a tradição medieval dos estudos sobre a linguagem (Pierre de la Ramée [1515-1572], Thomas Linacre [1460-1524], Francisco Sánchez de las Brozas [1523-1600]), não eram considerados como parte do programa de estudos da Companhia de Jesus. Esses autores, de fato, propuseram abordagens sintáticas que podem ser consideradas como diversas das da tradição gramatical da Antigüidade clássica; mas seus estudos influenciariam, ainda no século XVII, outra tradição de fazer gramatical: a que daria origem às teorias da universalidade lingüística, com a *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal* (1660). Mas essa é uma forma de investigação e descrição gramatical que não se cruza com as gramáticas missionárias, caracterizando-se, assim, duas tradições que correram paralelas na história da lingüística, sem se influenciarem mutuamente.

Pensando em gramáticas jesuíticas de um lado e, de outro, em uma tradição gramatical “condenada” pelo programa de estudos jesuíticos, é preciso considerar um elemento externo aos estudos da linguagem, mas que é fundamental para que se compreenda a existência independente de duas tradições concomitantes (gramáticas jesuíticas e a gramática geral de Port-Royal).

Os gramáticos de Port-Royal eram jansenistas, “inimigos” dos inicianos,¹⁴ assim, de fato, não podiam constar do programa de estudos dos jesuítas. Além disso, um dos autores que romperam com a tradição de estudos gramaticais advinda da Antigüidade, Sánchez, influente para as proposições dos autores da gramática geral, era proibido, para leitura e estudo, pela Companhia de Jesus.¹⁵

O escasso tratamento dos fenômenos sintáticos pode estar ligado a alguns fatores, como:

- a herança da Antigüidade clássica, que de fato se dedicou mais ao estudo da palavra, sem uma extensa abordagem da combinação de unidades maiores que sílabas ou nomes compostos (*cf.* Swiggers 1997, capítulo I);
- as características das línguas faladas no Brasil colonial. A diversidade da forma de estabelecimento das relações morfossintáticas pode ter

¹⁴ Os jesuítas não aceitavam as idéias defendidas pelos jansenitas, austeros senhores de Port-Royal. Alguns autores, como Guillerrou (1973), apontam que jansenistas se caracterizariam por uma obsessão pela salvação do mundo, enquanto que os jesuítas estavam querendo a posse do mundo. No fundo da disputa, havia questões teológicas a respeito da compreensão do que eram o trabalho e a política religiosa. Essa questão mostra-se importante para o entendimento da não ‘influência’ entre gramática missionária e gramática geral.

¹⁵ Francisco Sánchez de las Brozas (*El Brocense*), humanista espanhol, publicou em 1587, em Salamanca, uma gramática do latim, cujo objetivo era promover uma análise teórica e geral da linguagem, utilizando a elipse como meio principal de análise. Um dos objetivos do autor era simplificar a aquisição do latim. Para isso, propôs a redução, entre outras propostas, das categorias gramaticais a nome, verbo e partículas. A *Minerva*, como ficou conhecida sua gramática, também tratou da coordenação e da subordinação, da teoria de caso, da estrutura dos grupos verbais, da questão do acordo, da polissemia, estabelecendo a oração como objetivo/causa final do trabalho gramatical, ainda que sob um ponto de vista morfossintático (*cf.* Hackerott 1994). Sánchez e sua gramática também influenciariam posições tomadas pelos autores da *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal* (1660).

levado ao julgamento de que essas línguas não teriam sintaxe ou apresentariam uma sintaxe pobre;

- a lógica é que se dedicava a alguns estudos que hoje entendemos como sintáticos.

Dessa maneira, a sintaxe que observaremos a seguir é um conjunto de regras relativas às classes de palavras a partir do momento em que elas se integram num discurso. Sendo que não se pode falar em uma separação rígida entre morfologia e sintaxe.

5.1 *As descrições sintáticas*

Figueira inicia sua “sintaxe ou construção das partes da oração” com a afirmação de que a estrutura sintática (concebida como a forma de combinação entre nomes e verbos) do tupi antigo, por não ter casos nem declinações, seria simples.

Como nesta língua não ha variedade de casos, nem de generos, mais que o que se tem visto, fica facil a combinação dos verbos com os nomes, como se verâ. (Figueira 1621: fl.81-v)

O que os gramáticos propõem como estudo sintático é basicamente a ordem de colocação das palavras na oração, observando fatos como concordância e regência. O critério de análise leva em conta a ordem de colocação dos elementos e quais elementos são pedidos por outros. A busca de equivalências é utilizada.

O vso ensinara a boa collocação das partes da oração entre si, mas appontemos aqui algũas que pedem certos lugares, assi como vemos no latim, que esta preposição Tenus, sempre se põe depois do nome que rege & seria erro intolerauel mudarlhe o sitio, pondoa antes do nome como as outras. (Figueira 1621: fl. [90]60)

Anchieta não propõe uma parte autônoma para o estudo da sintaxe, mas é possível verificar o tratamento conjunto de aspectos morfofonológicos e sintáticos em sua gramática, ou seja, sua sintaxe caracteriza-se por um amplo

tratamento morfossintático do tupi antigo. Observe-se, por exemplo, o uso do termo ‘suposto’, equivalente à idéia de nominativo.

Do Reciproco, O, que he, se, suus, a, um, se vsa simpliciter quando se refere a oração á pessoa agente como na lingua latina, vt.
Pedro ojucá ogúba, Petrus occidit suum patrem.
Nestas orações simples não ha duuida.
Auendo dous verbos nua oração, q[ue] fazẽ como duas orações dependentes hũa da outra, sempre se ha de ter respeito ao principal verbo da oração, & ao supposto delle se ha de referir ao reciproco ... (Anchieta 1990[1595]: 53-54)

Podemos verificar também que (ainda que não seja objeto de estudo principal da sintaxe nas gramáticas missionárias) a abordagem de fenômenos sintáticos a partir da função das unidades como agente, complemento, está presente em Anchieta e em Mamiani.

Tambẽ podẽ ter significação passiuu, saltẽ na quelles cuja açãõ senão pode fazer pella **pessoa agente** vt aũ. eu como Ayeú, eu me como.

Os compostos com, mo, & ro, differem nisto que nos compostos com, mo, não participa a **pessoa agente** do que se fas, vt, agebír torno, amogebír, faço o tornar não tornando eu. (Anchieta 1990[1595]: 91, 118, grifos meus)

Se o relativo fôr **agente** assim do verbo Neutro como do Passivo, se faz participio activo em Ri assim de hum como de outro verbo. v.g. Deos, que me ama a mim: Tupã ducari hidiohò. Pedro, que matou ao seu inimigo: Però dupari dumará.

Se o Relativo fôr nominativo **paciente** do verbo passivo, se faz Participio em Ri, ou em Te. v.g. Pedro, a quem matey: Però dipacriri hinhà ou Sipacritè hinhá. (Mamiani 1877[1699]: 55, grifos meus)

Quando há referências às funções das partes do discurso numa oração é porque estas condicionam alterações nas formas das palavras, indicadas pelos gramáticos a partir da descrição das partículas que alteravam unidades e/ou segmentos. O estudo da sintaxe como descrição de funções como sujeito/predicado era parte dos estudos da lógica, assim como essa metalinguagem e,

portanto, não merecia extensa abordagem, ainda mais em obras como as artes de gramática, que prezavam pela brevidade da exposição. Mamiani indica, no trecho que segue, a utilização dos termos sujeito/predicado nos estudos da lógica.

Tres são os significados do Verbo Sum, a saber: Ser, Estar, Ter. Para o primeiro significado de Ser, serve o mesmo nome ou Adjectivo ou Substantivo, que costuma ser o segundo Nominativo do Verbo Ser, & dos Logicos se chama Predicado, & este se poem em primeiro lugar antes do primeiro nominativo, a que os Logicos chamão Sogeito. (Mamiani 1877[1699]: 65, grifo meu)

A diversidade da ordem dos elementos na oração (em relação ao português) também foi registrada por Figueira e Mamiani. O tupi antigo e o quiriri poderiam apresentar a ordem Verbo-Nominativo.

Primeiramente o nome, ou pronome em respeito do verbo podem estar antes ou depois. vt Oço Pedro; Pedro oço. Yxe aico: Aico yxe. (Figueira 1621: 60b)

Da Syntaxe de todas as Partes da Oração entre si.

De ordinario nesta lingua precede o verbo ao Nominativo. (Mamiani 1877[1699]: 98)

6. Conclusões

Procuramos ressaltar o que de mais comum pode ser verificado na produção gramatical jesuítica brasileira dos séculos XVI e XVII sobre as línguas indígenas. Sem dúvida, o que houve de idêntico nas descrições gramaticais foi também o que a gramaticografia da época renascentista utilizou com mais extensão, como, por exemplo, o método que privilegiava a busca de equivalências entre a língua que estava sendo descrita e línguas de maior prestígio, como o latim. Apontamos também o emprego e a manutenção de uma metalinguagem que acabaria por caracterizar toda a produção gramatical do Oci-

dente. Encontramos também nas artes dos jesuítas a indicação de que uma redução da língua a regras deveria ser breve e econômica, o que de fato contribuiu para a classificação das obras jesuíticas como artes de gramática, termo que por si só indica uma descrição breve de aspectos gramaticais essenciais. Assim, uma obra muito mais descritiva, ainda que regras tenham sido transmitidas, mas, sempre, com a observação de que o uso efetivo da língua poderia, vez por outra, alterar o que havia sido ensinado. Mas, se podemos traçar uma linha comum em relação às descrições dos jesuítas, podemos também apontar alguns aspectos importantes que os diferenciaram.

José de Anchieta, em sua *Arte da língua mais usada na Costa do Brasil*, é o autor que propõe algumas soluções descritivas que podem ser apontadas como originais, em relação a termos utilizados e a propostas de descrição de aspectos particulares do tupi antigo. Com efeito, o que se pode apontar de comum em relação a Anchieta e aos outros jesuítas deve ser relacionado ao fato de que o primeiro gramático de uma língua brasileira foi, também, a matriz de uma tradição de descrição de línguas. Muito do que foi exposto por Anchieta seria repetido pelos outros gramáticos. Mamiani chega a citar os gramáticos do tupi antigo. Vemos soluções propostas por Anchieta reaparecerem: como a metalinguagem – o termo ‘áspero’ (de origem grega) para descrição do som; as propostas de grafia para a vogal alta e central; e, talvez com mais destaque, a manutenção da proposta da denominação de artigo para morfemas prefixados ao verbo ou ao nome.

Um ponto de divergência de Anchieta em relação a Figueira e Mamiani é quanto à estrutura da gramática. A descrição anchietana não apresenta um aspecto considerado como didático, no sentido, por exemplo, de clareza na divisão dos tópicos. Também há a ausência de uma parte autônoma para o estudo da sintaxe da língua. Outro aspecto de divergência é o amplo tratamento, por Anchieta, de questões de morfofonologia, promovendo uma cuidadosa descrição de aspectos fonético-fonológicos e morfológicos da língua, escapando, assim, ao ideal de brevidade e contenção expositiva de uma arte de gramática.

Se a lingüística indígena aponta positivamente essa característica da gramática anchietana (*cf.* trabalhos de Navarro e Rodrigues), que de fato auxiliou

na reconstrução do tupi antigo no âmbito de pesquisas de lingüística histórica e lingüística indígena, a historiografia não pode deixar de enfatizar que foram também algumas dessas características (como a estrutura da gramática e a extensa abordagem de fenômenos morfofonológicos, ao lado do uso de metalinguagem e exemplos em latim) as responsáveis pela classificação da gramática de Anchieta como difícil e complicada para uma primeira aprendizagem da língua.¹⁶ Essa imagem acarretou, inclusive, a necessidade de uma arte mais didática, o que viria a ser alcançado com a obra de Figueira, 26 anos depois.

Mamiani também se destaca por um aspecto particular de sua gramática. Ele é o único a fazer comentários a respeito dos procedimentos e estratégias de descrição utilizados, além de apontar também o que considerava como o caminho ideal de aprendizagem. De uma maneira ou de outra, é possível vislumbrar nas artes dos outros jesuítas indicações sobre o método, mas não de forma explícita.

Já Figueira pode ser apontado como uma síntese do que era o trabalho gramatical dos missionários. Se não há originalidades a nomear, Figueira é, sem dúvida, um exemplar de sua época, no sentido de que é um modelo exato do que a Companhia de Jesus deveria entender como a gramaticografia de uma língua chamada de exótica. As duas edições de sua obra, ainda no século XVII, não evidenciam outra coisa a não ser a boa aceitação da gramática.

Se há diferenças, há também muitas semelhanças entre as obras aqui focalizadas. E são elas que nos autorizam a efetuar um recorte na historiografia lingüística brasileira denominado de *lingüística missionária jesuítica*, caracterizado por apresentar uma produção de gramáticas de maneira semelhante e com o mesmo objetivo.

Referências bibliográficas

Altman, Cristina. 1997. "As gramáticas das 'línguas gerais' sul-americanas como um capítulo da Historiografia Lingüística Ocidental". *Actas del I Congreso Internacional de la*

¹⁶ Manuel Cardoso na apresentação à primeira edição da gramática de Figueira, possivelmente em 1621, apresenta esses comentários em relação à descrição de Anchieta.

- Sociedad Española de Historiografía Lingüística*. (Separata. Ed. por Mauro F. Rodríguez, Francisco G. Gondar e Nancy V. Veiga. Coruña, 18-21 de fevereiro de 1997).
- _____. 1999. "From 'Insula Vera Crux' to 'Terra Brasiliensis'. History, (Hi)Stories and Historiography of Brazilian Linguistics". *History of Linguistics 1996*. Vol. 2: *From Classical to Contemporary Linguistics*. (Offprint. Ed. por David Cram, Andrew Linn e Elke Nowak). Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. 2000. "As 'línguas gerais' e a empresa missionária colonial. Linguagem e representação metalingüística". Ms.
- Álvares, Manuel. 1832[1572]. *Institutio Grammatica*. Roma: Soc. Jesu. (1ª ed. com publicação em Lisboa por Joam da Barreira.)
- Anchieta, José de. 1990[1595]. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Fac-similar da 1ª ed. Apres. de Carlos Drummond. Adit. do Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Edições Loyola. (1ª ed. 1595. Coimbra: Antonio Mariz; 2ª ed. 1874, Leipzig: Julio Platzmann; 3ª ed. 1876, idem; 4ª ed. 1933, R. de Janeiro: Bibl. Nac. do R. de Janeiro; 5ª ed. 1946, São Paulo: Ed. Anchieta; 6ª ed. 1980, Salvador: UFBA.)
- Arnauld, Antoine e Claude Lancelot. 1992[1660]. *Gramática de Port-Royal*. [Trad. de Bruno F. Basseto e Henrique Murachco do orig. francês *Grammaire Générale et raisonnée*.] São Paulo: Martins Fontes.
- Auroux, Sylvain. 1990. *Histoire des idées linguistiques*. Tome I: *La naissance des métalangages en Orient et Occident*. Bruxelas: Pierre Mardaga.
- _____. 1992a. *Histoire des idées linguistiques*. Tome II: *Le développement de la grammaire occidentale*. Bruxelas: Pierre Mardaga.
- _____. 1992b. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: UNICAMP.
- Batista, Ronaldo de Oliveira. 2002a. *As línguas dificultosas e os línguas peritos. Artes de gramática jesuíticas no Brasil colonial dos séculos XVI e XVII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP.
- _____. 2002b. "A 'língua de preto' e a *Arte da Língua de Angola*". *Estudos Lingüísticos XXXI*, publicação em CD-ROM do GEL, 2001, Marília-SP.
- Biderman, Maria Tereza Camargo. 2001. *Teoria Lingüística*. São Paulo: Martins Fontes. (1ª ed. publicada em 1978, com o título *Teoria Lexical e lingüística computacional*, São Paulo: LTC.)

- Desbordes, François. 1995[1990]. *As concepções sobre a escrita na Roma antiga*. [Trad. de Fulvia Moretto e Guacira Machado do orig. francês *Idées romaines sur l'écriture*]. São Paulo: Ática.
- Drumond, Carlos. 1990. "Prefácio à nona edição da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*". São Paulo: Edições Loyola.
- Figueira, Luís. c. 1621. *Arte da Língua Brasilica*. Lisboa: Manoel da Silva. (2ª ed. 1687, *Arte de grammatica da Língua Brasilica*, Lisboa: Miguel Deslandes; 3ª ed. 1795, *Arte da Grammatica da Língua do Brasil*, Lisboa: Officina Patriarcal.)
- Guillermou, A. 1973. *Santo Inácio de Loyola e a Companhia de Jesus*. [Trad. de Maria da Glória Alcure do orig. francês, 1960]. Rio de Janeiro: Livraria Agir.
- Hackerott, Maria Mercedes Saraiva. 1994. *A passagem da Minerva para a Gramática Geral na História da Gramática Portuguesa*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP.
- Kemp, J. A. 1995. "Phonetics: Precursors to Modern Approaches". E.F.K. Koerner, & R.E. Asher (eds.). *Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists*. Oxford & New York: Pergamon, pp. 371-388.
- Kristeva, Julia. 1980. *História da linguagem*. [Trad. de Maria Margarida Barahona do original francês *Le Langage, cet inconnu*, 1969]. Lisboa: Edições 70.
- Law, Vivien. 2003. *The History of Linguistics in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mamiani, Luís Vincencio. 1877[1699]. *Arte de Grammatica da Língua Brasilica da Naçam Kiriri*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. (1ª ed., Lisboa: Miguel Deslandes.)
- Montoya, Antonio Ruiz. 1994[1640]. *Arte, y vocabulario de la lengua guarani*. Rep. fac-similada da 1ª ed. Madrid: Cultura Hispânica.
- Monzón, Cristina. 1995. "La morfología en las primeras *Artes* de las lenguas ameríndias". *Ameríndia* 19/20: 253-261.
- Navarro, Eduardo. 1995. *Problemática lingüística do Renascimento às missões e as gramáticas da língua tupi de José de Anchieta e Luiz Figueira*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP.

- Nebrija, Antonio de. 1946[1492]. *Gramatica Castellana*. Madrid: Ed. Junta del Centenario.
- Padley, G. A. 1976. *Grammatical theory in Western Europe-1500-1700*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Robins, R.H. 1979[1967]. *Pequena História da Lingüística*. Trad. de Luiz M.M. de Barros do orig. inglês *A Short History of Linguistics*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- Rodrigues, Aryon D. 1993. “Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas”. *DELTA*. 9: 1: 83-103.
- _____. 1994. *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. 1997. “Descripción del tupinambá en el período colonial: el *Arte* de José de Anchieta”. Zimmermann (Ed.). *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana.
- _____. 1998. “O conceito de Língua Indígena no Brasil, I: os Primeiros Cem anos (1550-1650) na Costa Leste”. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos* 1.59-78. Campinas: Ed. Pontes.
- Rosa, Maria Carlota. 1992. “Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: que descreveram?”. *Papia* 2: 1: 85-98.
- _____. 1995. “Acerca das duas primeiras descrições missionárias de Língua Geral”. *Ameríndia* 19/20: 273-284.
- _____. 1997. “As línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no estudo de línguas estrangeiras”. *Revista de Estudos da Linguagem* 6: 2: 97-149.
- _____. 2000. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto.
- Swiggers, Pierre. 1997. *Histoire de la pensée linguistique. Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIXe. siècle*. Paris: PUF.
- Zimmermann, Klaus. (Ed.). 1997. *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana.